

## **AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: CAMINHANDO PELA CONTRAMÃO**

---

FREITAS, L.C.; SORDI, M.R.L.; MALAVASI, M.M.S.; FREITAS, H.C.L. *Avaliação educacional: caminhando pela contramão*. Petrópolis: Vozes, 2009. 88p.

---

Regilson **MACIEL BORGES**<sup>1</sup>

O livro *Avaliação Educacional: caminhando pela contramão* faz parte da Coleção Fronteiras Educacionais, coordenada pelo professor Ulisses Ferreira de Araújo e editado pela Editora Vozes.

A intenção dos autores, apresentada já no subtítulo da obra - caminhando pela contramão -, é apresentar uma forma de avaliação educacional para além da predominante, que, marcada pela classificação e por reprovações, faz com que muitos alunos percam o interesse pela escola e, conseqüentemente, a abandonem.

No livro, ao postularem três níveis de avaliação integrados entre si (da aprendizagem, institucional e de redes de ensino), os autores buscam mostrar que vem sendo construída uma posição menos dicotômica e mais construtiva que pretende apropriar-se das ferramentas avaliativas sob outro conceito do que seja avaliar. Esse esforço é relatado ao longo da obra, conforme se observa nos três primeiros capítulos, onde é apresentado cada um dos níveis acima mencionados. No quarto capítulo, encontram-se reunidas as considerações finais.

Os autores Luiz Carlos de Freitas, Mara Regina Lemes de Sordi, Maria Márcia Sigrist Malavasi e Helena Costa Lopes de Freitas são docentes da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas e integram o Laboratório de Observação e Estudos Descritivos (LOED) da referida universidade; encontram-se ativamente engajados em discussões acerca da avaliação educacional no país, num período em que a avaliação vem sendo

---

<sup>1</sup> Mestrando, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação. Rod. Dom Pedro I, km 136, Parque das Universidades, 13086-900, Campinas, SP, Brasil. *E-mail*: <regilsonborges@gmail.com>.



# **Resenhas**

considerada o centro de discussões e debates na busca de resultados que orientem políticas públicas em educação, sobretudo a partir dos anos 1990, quando verificamos o aparecimento do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (1993), o Sistema de Avaliação da Educação Básica (1993), o Exame Nacional do Ensino Médio (1998) e o Exame Nacional dos Cursos (1995). Algumas dessas avaliações se consolidaram na década seguinte (SAEB, ENEM), outras deixaram de existir (PAIUB, ENC) e deram lugar a novas modalidades de avaliação (Enade, Prova Brasil).

Diante desse cenário, o livro apresentado busca oferecer elementos que possibilitem pensar, simultaneamente, a avaliação da aprendizagem, institucional e de sistemas de modo integrado, com esses três níveis de avaliação interagindo entre si.

O primeiro capítulo, *Avaliação da Aprendizagem: relações professor-aluno na sala de aula*, trata a avaliação do ensino-aprendizagem a partir da definição de alguns conceitos. O primeiro conceito refere-se às categorias do processo pedagógico, dentre as quais se encontra a avaliação; nesse processo, os autores salientam o equívoco dos manuais didáticos que situam a avaliação como uma atividade formal que ocorre no final do processo de ensino-aprendizagem; como alternativa para essa visão linear, apresentam-se dois grandes núcleos ou eixos interligados de natureza dinâmica e contraditória: objetivos/avaliação e conteúdos/métodos. O segundo conceito diz respeito à organização do trabalho pedagógico, que se encontra superposto em dois níveis: sala de aula e escola, duplicidade que permite aos autores argumentarem acerca da avaliação da aprendizagem e da avaliação institucional, cujos focos são, respectivamente, a relação professor-aluno e o projeto político pedagógico da escola.

Ressalta-se também a dualidade do processo educativo no fornecimento de instrução e formação. Os autores atentam para o fato de que a escola tem se limitado a prover a apropriação da instrução; o conhecimento é visto como uma vantagem diante da sociedade

competitiva que aí está. Mas esse não deve ser o único objetivo, pois seja tácita, seja plenamente, a escola é formativa; formação que se dá nas situações cotidianas do ambiente escolar. Isso permite confirmar que a avaliação não é somente uma questão técnica, mas envolve também juízos de valor por parte do professor.

Uma temática muito difundida nos meios educacionais - a do professor reflexivo - levou os autores à provocação do subtítulo do segundo capítulo: *Avaliação Institucional: induzindo escolas reflexivas*. Segundo eles, não é apenas o professor que precisa ser reflexivo, mas sim o conjunto da escola, que implica, além dos próprios professores, os funcionários, estudantes, gestores, pais etc. Por essa via, pensar a avaliação institucional implica repensar o significado da participação dos diferentes atores na vida e no destino das escolas. Nesse sentido, definem avaliação institucional como um processo que envolve todos os seus atores, com vistas a negociar patamares adequados de aprimoramento a partir dos problemas concretos vivenciados por ela.

Alertam os autores que a questão da negociação que vise um pacto de qualidade é o ponto central da proposta apresentada. O pacto deve ser da escola com seus estudantes; da escola consigo mesma; da escola com os gestores do sistema escolar; e dos gestores do sistema para com a escola.

A avaliação institucional deve, segundo os autores, ser um ponto de encontro entre os dados provenientes da avaliação dos alunos realizada pelos professores e a realizada pelo sistema, pois ambas têm como sujeito o aluno: figura central da escola.

No terceiro capítulo - *Avaliação de redes de ensino: a responsabilidade do poder público* -, os autores advogam que essas avaliações seriam mais eficazes se fossem planejadas e conduzidas no nível dos municípios pelos conselhos municipais de educação, que atuariam como reguladores dos processos de avaliação das redes de educação básica.

Como primeiro passo para o processo da avaliação em redes, encontra-se a criação de

um conselho gestor da avaliação da rede composto por representantes da administração pública e profissionais da escola, incluindo os pais dos alunos. A esse conselho cabe a formulação dos conceitos que orientarão a avaliação e a operacionalização do processo de avaliação. Sua primeira atividade é delegar a uma equipe técnica a elaboração de uma matriz de referência para a produção da avaliação a ser conduzida na rede. Uma segunda etapa é o desenvolvimento dos testes a que os alunos irão responder. Paralelamente à elaboração dos instrumentos de avaliação, o Conselho Gestor deve liberar um processo de identificação de possíveis áreas que deverão ser objeto de acúmulo de dados.

A proposta mencionada nos ajuda a pensar em uma avaliação em que a unidade é o município e não a federação ou o estado, prática até então predominante no Brasil quando se trata da avaliação em larga escala de redes de ensino. Um exemplo de como criar um sistema de avaliação nessa configuração é apresentado nos Anexos do livro, onde se encontra uma carta de princípios organizados para nortear a avaliação para a rede de uma prefeitura municipal.

A opinião dos autores é que a avaliação de sistemas (ou de redes) é um instrumento importante para a monitoração das políticas públicas e que seus resultados devem ser encaminhados à escola, que deverá consumi-

los, validá-los e, assim, encontrar formas de melhorias.

Afinal, caminhar na contramão não é perigoso? Com essa indagação, os autores nomeiam o quarto capítulo do livro, onde fazem suas considerações finais e retomam a intenção em propor para a avaliação educacional uma concepção guiada pela educação emancipatória, ancorada no desenvolvimento dos que fazem a escola e na responsabilidade do poder público.

O livro vem contribuir significativamente com as discussões acerca da avaliação educacional através de suas discussões teóricas e práticas tratadas ao longo dos capítulos. Não se trata de eliminar a importância da avaliação, mas recolocar as relações com a escola dentro de uma perspectiva colaborativa e de responsabilização bilateral entre poder público (avaliação de sistemas), escolas (avaliação institucional) e seus profissionais (avaliação da aprendizagem). Ao encontrar-se inserido numa coleção, a obra possui características dos chamados livros de bolso, o que não diminui sua densidade e importância para a área, dadas a relevância das discussões e as propostas nele apresentadas.

Recebido em 4/5/2010 e aceito para publicação em 2/7/2010.